

# Argumentação e Linguagem 3

Marcelo Máximo Purificação  
Katielly Vila Verde Araújo Soares  
Denilra Mendes Ferreira  
(Organizadores)



# Argumentação e Linguagem 3

---

---

Marcelo Máximo Purificação  
Katielly Vila Verde Araújo Soares  
Denilra Mendes Ferreira  
(Organizadores)



### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Emely Guarez  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Marcelo Máximo Purificação  
Katielly Vila Verde Araújo Soares  
Denilra Mendes Ferreira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

A694 Argumentação e linguagem 3 [recurso eletrônico] /  
Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Katielly Vila  
Verde Araújo Soares, Denilra Mendes Ferreira. – Ponta  
Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-441-2

DOI 10.22533/at.ed.412202509

1. Língua portuguesa – Composição e exercícios.
2. Linguística. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Soares, Katielly Vila Verde Araújo. II. Ferreira, Denilra Mendes.  
CDD 469.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Esta obra, cujo título é Argumentação e Linguagem 3, foi desenvolvida, de forma a integrar trabalhos de investigadores de várias instituições do país, em torno da temática central. Nela, abordamos temas importantes para o desenvolvimento das relações humanas e sociais, tendo como elemento condutor a linguagem/diálogo/discurso.

Uma obra com 22 artigos cujos objetivos expressam ações de ‘descrever’, ‘definir’, ‘explicar’, ‘justificar’, ‘analisar’, ‘comparar’, e etc. Os textos estão organizados em duas partes cujos os liames com os termos argumentação e linguagem gravitam pelas palavras-chave: ‘Análise literária’, ‘Argumentação’, ‘Atividade Investigativa’, ‘Autocomunicação’, ‘Conhecimentos Linguísticos’, ‘Discurso’, ‘Ensino’, ‘Escrita Proficiente’, ‘Formação de Leitores’, ‘Gramática’, ‘Leitura’, ‘Letramento’, ‘Léxico’, ‘Metáfora’, ‘Mídia’, ‘Narrador’, ‘Persuasão’, ‘Produção Textual’, ‘Retórica’, ‘Semiologia’, ‘Semiótica’, entre outras. Essas discussões expressas nos artigos, corroboram para produzir argumentos, apoiados nas informações, nos dados e nos resultados de cada investigação.

Esperamos que esta obra, diversa e plural, atenda as necessidades e perspectivas do público leitor, de forma a subsidiá-lo em seus estudos e reflexões. Isto dito, desejamos a todos vocês uma excelente leitura.

Marcelo Máximo Purificação  
Katielly Vila Verde Araújo Soares  
Denilra Mendes Ferreira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A QUESTÃO DA PRESERVAÇÃO DO DIA DE GUARDA DAS RELIGIÕES: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Ricardo Russell Brandão Cavalcanti

**DOI 10.22533/at.ed.4122025091**

### **CAPÍTULO 2..... 13**

A FORMAÇÃO DO JOVEM LEITOR: O OLHAR DO DOCENTE

Jamilly Mendonça dos Santos

Anny Vitoria Carvalho da Silva

Fernanda Barbosa Duarte de Souza

Mariana Carolina Oliveira Carneiro

Claudia Lucia Landgraf Valerio

**DOI 10.22533/at.ed.4122025092**

### **CAPÍTULO 3..... 22**

A PERSUAÇÃO DOS NARRADORES EM *MAYOMBE*, DE PEPETELA

Dayse Oliveira Barbosa

**DOI 10.22533/at.ed.4122025093**

### **CAPÍTULO 4..... 28**

A INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS DE COMPETÊNCIA: O CONFLITO PARA A INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Olívia do Carmo Petreca

**DOI 10.22533/at.ed.4122025094**

### **CAPÍTULO 5..... 37**

A PROMOÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO A PARTIR DE UMA ATIVIDADE INVESTIGATIVA SOBRE O OXIGÊNIO

Letícia de Cássia Rodrigues Araújo

Paula Cristina Cardoso Mendonça

**DOI 10.22533/at.ed.4122025095**

### **CAPÍTULO 6..... 47**

A REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA DO SUJEITO TÉCNICO EM SECRETARIA ESCOLAR: IMAGINÁRIO(S) E SUBJETIVIDADE(S)

Maria Aparecida da Silva Santandel

Vânia Maria Lescano Guerra

**DOI 10.22533/at.ed.4122025096**

### **CAPÍTULO 7..... 56**

ALFABETIZAÇÃO NO FINAL DO SEGUNDO CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM NOVO DESAFIO PARA OS GRADUANDOS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Daniela Perri Bandeira

**DOI 10.22533/at.ed.4122025097**

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....  | <b>63</b>  |
| ÁLVARO DE CAMPOS E A DESPERSONALIZAÇÃO EM “PASSAGEM DAS HORAS”   |            |
| Laianni Vitória Cosme e Silva  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.4122025098</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....  | <b>68</b>  |
| ANÁLISE ESPACIAL DA MORTALIDADE POR SUICÍDIO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA                                |            |
| Bárbara Marcela Beringuel  |            |
| Amanda Priscila de Santana Cabral Silva  |            |
| Henry Johnson Passos de Oliveira   |            |
| Betise Mery Sousa Macau Furtado  |            |
| Cristine Vieira do Bonfim  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.4122025099</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....   | <b>82</b>  |
| ARGUMENTAÇÃO E AUTORIA NO DISCURSO DE ALUNOS BOOKTUBERS  |            |
| Valéria Fernandes Turci  |            |
| Soraya Maria Romano Pacífico   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.41220250910</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....   | <b>94</b>  |
| ARGUMENTAÇÃO E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS   |            |
| Fátima Aparecida de Souza  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.41220250911</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....   | <b>107</b> |
| ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM MATEMÁTICA DE ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO EXPLORAR POR QUÊS MATEMÁTICOS |            |
| Abigail Fregni Lins  |            |
| Sergio Lorenzato   |            |
| Danielly Barbosa de Sousa  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.41220250912</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....   | <b>121</b> |
| COMO É VISTO O VOYEURISMO PELA SOCIEDADE BRASILEIRA EM MANAUS  |            |
| Beatriz Tavares Rubens   |            |
| Mia Amélia Pierre Toussaint  |            |
| Matheus Andrew da Silva Lima   |            |
| Francisco Carlos de Souza Junior   |            |
| Raissa Pereira de Souza  |            |
| Leandro Silva Pimentel   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.41220250913</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....   | <b>129</b> |
| DIÁRIO — A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS DE AUTORIA NO TEXTO SUBJETIVO  |            |
| Jozil dos Santos   |            |

DOI 10.22533/at.ed.41220250914

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....   | <b>136</b> |
| DISCURSIVOS LUSÓFONOS: METAFÓRAS LITERÁRIAS  |            |
| Micheline Tacia de Brito Padovani  |            |
| DOI 10.22533/at.ed.41220250915   |            |
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....   | <b>148</b> |
| ESPIRITUALIDADE NA TEOLOGIA DE KARL RAHNER   |            |
| Alaércio de Lima Nazário   |            |
| DOI 10.22533/at.ed.41220250916   |            |
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....   | <b>155</b> |
| EXPERIÊNCIAS E CONSTRUÇÃO DE SABERES VIVENCIADOS POR UM PROFESSOR RIBEIRINHO DO BAIXO RIO BRANCO-RORAIMA   |            |
| Maria Clelia Pereira da Costa  |            |
| Marcia Aparecida Amador Mascia   |            |
| Marcelo Vicentin   |            |
| DOI 10.22533/at.ed.41220250917   |            |
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....   | <b>167</b> |
| GÊNEROS DISCURSIVOS/TEXTUAIS, SEQUÊNCIAS TEXTUAIS, PLANOS DE TEXTO E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE ESCRITA PROFICIENTE |            |
| Tatiana da Conceição Gonçalves   |            |
| DOI 10.22533/at.ed.41220250918   |            |
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....   | <b>176</b> |
| GRAMÁTICA MOVIMENTAL: UMA PROPOSTA METAFÍSICA  |            |
| Clóvis Luiz Alonso Júnior  |            |
| DOI 10.22533/at.ed.41220250919   |            |
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....   | <b>184</b> |
| HERÓINA OU VILÃ: ASPECTOS SOBRE A IMAGEM DA MULHER EM CARGO DE PODER RETRATADA PELA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DA SEMIÓTICA FRANCESA                         |            |
| Luciana Garcia Gabas Coelho  |            |
| DOI 10.22533/at.ed.41220250920   |            |
| <b>CAPÍTULO 21</b> .....   | <b>191</b> |
| LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) E LÍNGUA PORTUGUESA(LP): O QUE QUEREM, O QUE PODEM ESTAS LÍNGUAS?   |            |
| Antonilde Santos Almeida   |            |
| Rafael Santos Soares   |            |
| DOI 10.22533/at.ed.41220250921   |            |
| <b>CAPÍTULO 22</b> .....   | <b>199</b> |
| LÉXICO TOPONÍMICO DO CENTRO DE ARAÇUAÍ-MG: RESGATE DA IDENTIDADE   |            |

**HISTÓRICA E SOCIOCULTURAL**

Shirlene Aparecida da Rocha

Lillian Gonçalves de Melo

Danielly Marinho Rocha Lucena

Giovanna Luiz Neiva

**DOI 10.22533/at.ed.41220250922**

**SOBRE OS ORGANIZADORES ..... 209**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 211**

# CAPÍTULO 11

## ARGUMENTAÇÃO E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

*Data de aceite: 01/10/2020*

**Fátima Aparecida de Souza**

Universidade Federal da Bahia-FACED  
Salvador-BA

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9608888665387068>

**RESUMO:** Este artigo é uma parte de uma pesquisa de doutoramento e tem como objetivo apresentar uma discussão sobre os pressupostos teóricos da argumentação e da orientação argumentativa. Para tanto, inicialmente, aborda a argumentação como atividade persuasiva da retórica antiga à teoria da argumentação ou nova retórica, especialmente, com base nas contribuições de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Em seguida, discute os aspectos da orientação argumentativa, como parte das regularidades enunciativas, que encaminha o enunciado para determinada conclusão e, para isso, ancora-se nas contribuições de Ducrot (1981) e de Charaudeau e Maingueneau (2008). A teoria da orientação argumentativa contribui com os estudos da linguagem na medida em que indica o que deve ser interpretado como argumento para a conclusão e o que deve ser interpretado como conclusão de tal argumento. Permite ainda reconhecer que produtor de um texto faz escolhas, em cada contexto, entre uma multiplicidade de formas, de acordo com sua proposta de produção de sentido, isto é, de acordo com suas intenções.

**PALAVRAS-CHAVE:** Argumentação, Retórica, Orientação Argumentativa.

### ARGUMENTATION AND ARGUMENTATIVE ORIENTATION: THEORETICAL ASSUMPTIONS

**ABSTRACT:** This article is part of doctoral research and aims to present a discussion on the theoretical assumptions of argumentation and argumentative orientation. Initially, it addresses argumentation as a persuasive activity and it directs its approach from the old rhetoric to the argumentation theory or new rhetoric, especially, based on the contributions of Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005). Then, it discusses the aspects of argumentative orientation, as part of the enunciative regularities, which forwards the statement to a certain conclusion and, for this, it bases on the contributions of Ducrot (1981) and Charaudeau and Maingueneau (2008). The argumentative orientation theory contributes to the language studies and it indicates how to interpret an argument for the conclusion and how to interpret as a conclusion of the argument. It also allows us to recognize that the text producer makes choices, in each context, between a multiplicity of forms, according to his proposal of producing meaning, that is, according to his intentions.

**KEYWORDS:** Argumentation, Rhetoric, Argumentative Orientation.

### 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo é parte de uma pesquisa de doutoramento, realizada no Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP),

que analisou o processo de orientação argumentativa em redações de estudantes do Ensino Médio da Educação Básica em contexto de avaliação de sistema. No processo de elaboração da pesquisa, discutiram-se as aproximações entre a argumentação e a orientação argumentativa de modo a verificar de que maneira os textos produzidos pelos estudantes encaminhavam a orientação argumentativa dos enunciados.

Neste artigo, apresentamos um recorte do trabalho realizado com o objetivo de apresentar uma discussão sobre os pressupostos teóricos da argumentação e da orientação argumentativa. Para tanto, inicialmente, abordamos a argumentação como atividade persuasiva da retórica antiga à teoria da argumentação ou nova retórica, especialmente, com base nas contribuições de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Em seguida, discutimos os aspectos da orientação argumentativa, como parte das regularidades enunciativas, que encaminham o enunciado para determinada conclusão e, para isso, ancoramo-nos nas contribuições de Ducrot (1981) e de Charaudeau e Maingueneau (2008).

Destacamos que a teoria da orientação argumentativa contribui com os estudos da linguagem na medida em que indica o que deve ser interpretado como argumento para a conclusão e o que deve ser interpretado como conclusão de tal argumento. Esta teoria permite, ainda, reconhecer que produtor de um texto faz escolhas, em cada contexto, entre uma multiplicidade de formas, de acordo com sua proposta de produção de sentido, isto é, de acordo com suas intenções.

## 2 | ARGUMENTAÇÃO, RETÓRICA E NOVA RETÓRICA

Argumentar é considerar o outro como sujeito capaz de (re)agir diante de teses e de propostas que lhe são apresentadas. Significa conferir-lhe *status* e qualificá-lo para o debate e para a reflexão por meio do diálogo. Nesse processo, os interesses se esbarram e o envolvimento pressupõe o exercício da influência e do poder, não sendo, portanto, unilateral (MOSCA, 2004).

Para Ferreira (2010, p. 14), “argumentar é o meio civilizado, educado e potente de constituir um discurso que se insurja contra a força, a violência, o autoritarismo e se prove eficaz (persuasivo e convincente) numa situação de antagonismos declarados”. Assim, argumentar significa “demonstrar ideias para clarear no espírito do outro nossa posição diante de um assunto polêmico”. É por meio da argumentação que se busca intervir na visão e no comportamento do interlocutor por intermédio do discurso. Essa questão tem sido tratada desde a Antiguidade, por volta do século V a.C., antes mesmo de Platão e de Aristóteles.

Segundo Alexandre Júnior (2005), na Antiguidade, a retórica era uma disciplina interessada na argumentação, mas seu foco estava mais voltado para a persuasão e para o exercício público da fala diante de um auditório dubitativo do que para as propriedades que configuravam o texto.

O autor afirma que por volta de 485 a. C, na Sicília, dois tiranos, Gélon e Hierão, para distribuir terra aos mercenários, deportaram, expropriaram e transferiram populações. Todavia, na ocasião em que foram destronados, a democracia se impôs à tirania e, em virtude da reposição da ordem, o povo instaurou inúmeros processos, mobilizando grandes júris populares e obrigando os interventores a se valerem de suas habilidades orais de comunicação. Vê-se que a origem da retórica é de ordem judiciária, e não literária. Assim, surgiu a necessidade de habilitar os cidadãos para que lutassem por seus direitos e defendessem seus interesses. Surgiram, então, os primeiros professores do que mais tarde seria denominado retórica.

Reale e Antiseri (1990), ao tratar da retórica em Platão, asseguram que essa arte enfrentou dois momentos distintos. No primeiro momento, apareceu como adulteração do verdadeiro, buscando convencer e persuadir a todos sem dispor de absolutamente nenhum conhecimento. De acordo com o filósofo, a retórica precisaria ser substituída pela verdadeira política que, segundo ele, coincidia com a filosofia. Já no segundo momento, sofreu certo abrandamento, e Platão reconheceu o direito à existência da retórica, desde que ela se submetesse à verdade e à filosofia. Assim, deveria haver uma retórica digna dos deuses, tendo sempre a finalidade de buscar a verdade.

Afirmam os autores que Aristóteles, filósofo grego (século IV a. C.), foi discípulo de Platão e escreveu, entre várias obras, dois tratados sobre elaboração do discurso: *Retórica* e *Poética*. Esta é voltada para evocação imaginária, para o discurso literário e poético; aquela é voltada para a arte da comunicação, para o discurso público com fins persuasivos.

Para Aristóteles, a retórica não tem como objetivo dialogar em busca da verdade ou de valores particulares, como o que é justo, por exemplo. Essa é a função da filosofia. A retórica, para o referido filósofo, é aplicável a qualquer assunto; diz respeito aos argumentos utilizados em uma controvérsia, na contraposição de opiniões, ou seja, no paradoxo, e é mediada pelo exercício da persuasão e do convencimento. Assim, um homem procura convencer outro homem por meio do embate de ideias utilizando procedimentos persuasivos, os quais dependem de habilidade e de domínio do discurso.

De acordo com Mosca (2004, p. 20), o ponto fundamental da doutrina aristotélica, no que concerne à retórica, reside em considerá-la “como conhecimentos prováveis” e reitera que esta é “do campo da crença, do mundo da opinião”. Para Ferreira (2010), no mundo da *doxa* se digladiam várias opiniões e, por esse motivo, conseguir a adesão do outro e levá-lo a concordar com nossas opiniões requer reflexão prévia e articulação discursiva, pois os sentidos se multiplicam na mente dos interlocutores. Para o autor, o “certo” não possui rigor estritamente natural, embora exista em essência. Ele pode ser construído nas múltiplas relações humanas.

Considerando essa perspectiva, Mosca (2010) destaca que as características básicas da retórica aristotélica são a eficácia e o caráter utilitário. A primeira diz respeito às projeções do sujeito da enunciação, que mobiliza procedimentos retóricos com a finalidade

de conduzir ou manipular seu destinatário em direção a determinada conclusão. A segunda considera a situação em que ocorre o discurso e a relação de intersubjetividade dos interlocutores, com o intuito de decidir como e em que medida persuadir.

Os autores Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), expoentes da teoria da argumentação, ou nova retórica, vêm reabilitar a retórica, baseando-se na argumentação dialética de Aristóteles. Esse tipo de argumentação, segundo os autores, constitui um saber necessário, controlável e composto por regras próprias. Segundo eles, a argumentação encontra-se no campo do plausível, do verossímil, do provável.

A teoria da argumentação rompe com a concepção cartesiana de verdade segundo a qual tudo que fosse apenas verossímil deveria ser considerado falso. Para Descartes (*apud* PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 2). Nessa visão predomina a racionalidade como propriedade irreduzível de se atingir o conhecimento verdadeiro. Trata-se de renunciar pela dúvida metódica aos juízos e às noções derivadas da observação e da experiência postas pela realidade empírica, ou ainda, da negação das evidências.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam que em oposição à visão cartesiana de racionalidade está Aristóteles. Este propõe dois modos básicos de raciocínio, conhecidos como demonstração analítica e argumentação dialética. O primeiro modo, sobre cujo estudo se alicerça toda a lógica formal, diz respeito à demonstração fundada em proposições evidentes, que conduz o pensamento a conclusões verdadeiras. O segundo, baseado em conclusões verossímeis, abarca argumentos sobre enunciados prováveis, cujas opiniões são aceitas por todos, pela maioria ou por pessoas notáveis.

O trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) ultrapassa a retórica antiga ao referir-se à técnica que utiliza a linguagem, principalmente escrita, para persuadir e convencer. Os autores voltam-se para técnicas discursivas que tratam de provocar ou acrescentar adesão a teses apresentadas em determinado auditório. Essa ideia de adesão dos espíritos (auditório) às teses que lhes são apresentadas se dá por meio da argumentação. A argumentação, componente essencial da retórica, visa a convencer e persuadir, de modo a levar o interlocutor à mudança de atitude, à transformação de sua visão de mundo com base nas representações existentes acerca dele.

Para os autores, não há argumentação para aquilo que é objetivamente válido. Aqueles que apresentam os fatos, as verdades, as verossimilhanças submetidas ao cálculo das probabilidades não desempenham nenhum papel essencial, pois esses triunfam por si só. Essas demonstrações são intemporais e não há motivos para distinção dos auditórios.

Nesse processo argumentativo, quem são orador e auditório? O orador é aquele que provoca a argumentação, que pretende a adesão de um auditório e este é “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 22). Assim, de um lado está aquele que pretende argumentar por meio do convencimento e/ou da persuasão e, de outro, aquele que é o alvo da argumentação.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 18) asseguram que “para argumentar é preciso ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental”. Isso significa que o ato de argumentar pressupõe do orador conhecimento prévio do auditório, além da consideração pela participação daquele com quem debaterá.

Para os autores, existem os seguintes tipos de auditório: formado pela humanidade inteira ou por todos os homens adultos e considerados normais; formado, no diálogo, pelo interlocutor a quem se dirige; formado pelo próprio sujeito, quando ele delibera ou apresenta os motivos de seus atos.

Com relação ao primeiro, o orador espera uma aprovação unânime do auditório que imagina ser universal e composto de todos os homens racionais; quanto ao segundo auditório, o orador direciona o diálogo a apenas um interlocutor que pode representar um auditório particular ou um auditório universal; no que diz respeito ao terceiro, o indivíduo da deliberação é considerado uma encarnação do auditório universal ou mesmo de um auditório particular.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), ao discorrerem sobre a teoria da argumentação e sobre o papel do auditório, fazem a distinção entre convencer e persuadir e asseguram que, para aquele que se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer. Já para aquele que se preocupa com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir.

Assim, de acordo com os autores, os critérios que separam persuasão de convicção “são sempre fundamentados em uma decisão que pretende isolar de um conjunto – conjunto de procedimentos, conjunto de faculdades – certos elementos considerados racionais” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 30-31). Chamam “*persuasiva*” a argumentação que pretende ser direcionada a um auditório particular. Essa argumentação procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor(es), por meio de argumentos verossímeis e plausíveis. Denominam “*convincente*” a argumentação que pretende obter a adesão de um auditório universal. Essa argumentação dirige-se à razão por meio de raciocínio lógico e provas objetivas. Os estudiosos vinculam a ideia de ação à persuasão e a ideia de inteligência e razão à convicção. Asseveram, contudo, que convencer e persuadir são dois aspectos da argumentação utilizados pelo orador para provocar a adesão de seu auditório. Entretanto, afirmam que, na prática, a distinção entre convencer e persuadir é sempre imprecisa.

Ferreira (2010, p. 15) propõe uma distinção didática para os termos persuadir e convencer. Para o autor, persuadir significa “mover pelo coração, pela exploração do lado emocional, coordenar o discurso por meio de apelo às paixões do outro” e convencer significa “mover pela razão, pela exposição de provas lógicas, coordenar o discurso por meio de apelos ligados ao campo da racionalidade”. Afirmo o autor que os meios de persuasão se condicionam fundamentalmente em duas grandes ordens: explorar a afetividade e a razão.

Assim, compreendemos que conduzida pela razão ou pela afetividade, a argumentação por meio da linguagem (verbal) pressupõe escolhas de modo a levar o interlocutor/auditório a reagir ou interagir com vistas a atingir determinado fim e isso configura uma prática discursiva.

Trata-se de ações humanas que pressupõem escolhas de um sujeito que age por meio do discurso. Isso significa que a simples opção por determinado termo e não por outro assinala uma atividade discursiva que implica a intenção de convencer ou de persuadir nosso interlocutor. São práticas que pretendem levar o outro a reagir e a interagir, por meio do diálogo, diante de propostas ou teses que lhes são apresentadas.

Nesse processo, relações são estabelecidas por meio de acordos, negociações, efeitos pretendidos, e comportamentos são mobilizados por meio da persuasão e do convencimento.

Koch (2010, p. 21) parte do “postulado de que a argumentatividade está inscrita no uso da linguagem” e por isso adota a posição de que a argumentação constitui atividade estruturante de qualquer discurso. O posicionamento de Koch (2010) baseia-se na concepção de orientação argumentativa postulada por Ducrot (1981). Para este autor, o que um enunciado quer dizer é a conclusão para a qual ele está orientado. Sendo assim,

### 3 | ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA

A teoria da orientação argumentativa proposta por Ducrot (1981) trata da linguagem como um jogo de argumentação enredado em torno de si mesmo. Segundo o autor, não falamos acerca do mundo. Falamos para construí-lo e, a partir dele, tentamos convencer o outro da nossa verdade. Verdade criada em nossas interações e por elas.

Ducrot (1981) inscreve sua tese sobre orientação argumentativa do enunciado com base nas concepções de enunciação e de subjetividade na linguagem postuladas por Benveniste. Este, em sua teoria da enunciação, posiciona o sujeito no centro da reflexão linguística, pois afirma que a enunciação é definida como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2005 p. 82).

A enunciação é, portanto, um ato por meio do qual o sujeito se apropria da língua e a põe em funcionamento. O produto desse ato é o enunciado, cujas características linguísticas são determinadas pelas relações que se estabelecem entre o locutor e a língua. A enunciação converte a língua em discurso pelo emprego que o locutor faz dela. Para Benveniste (2005 p. 83-84),

o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.

Tendo como fundamento essa concepção, Ducrot (1981) afirma que muitos atos de enunciação possuem um valor argumentativo, uma função argumentativa por meio da qual o locutor pretende levar o destinatário a determinada conclusão. Para o autor, essa função tem marcas próprias no enunciado, e o valor argumentativo não é meramente a consequência das informações trazidas pela frase. Esta pode comportar diversos “morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, a conduzir o destinatário a tal ou qual direção” (DUCROT, 1981, p. 178).

Ducrot (1981) apresenta certos números de fenômenos para tratar da orientação argumentativa, ou seja, para abordar o valor argumentativo que um enunciado propicia ao enunciado subsequente. Para evidenciar esse valor, apresenta, primeiramente, uma abordagem acerca da conjunção *já que* afirma que, ao dizer *A* já que *B*, o locutor não se contenta em dizer ao destinatário que o conteúdo *A* é necessariamente implicado por *B*. Esse uso pelo locutor pretende que o destinatário seja obrigado a admitir *A*. É insuficiente, segundo Ducrot (1981), dizer que *já que* foi usado apenas para argumentar, tendo em vista a sua significação. Sua significação é a de ser usado para executar o ato de argumentar.

Na mesma direção, Ducrot (1981) trata do uso da conjunção *mas*. Para ele, a significação dessa conjunção é a uma maneira de executar o ato de argumentar. Assim, segundo o autor, não podemos simplesmente dizer que tal conjunção serve para assinalar a oposição de duas proposições. Propõe a descrever *A mas B* como: “*A*, você tende a tirar de *A* uma certa conclusão *r*; você não deve fazê-lo, pois *B*, tão verdadeiro quanto *A*, sugere a conclusão *não-r*” (DUCROT, 1981, p. 179).

Isso significa que, diante de uma proposição que levaria o interlocutor a tirar uma conclusão *r*, é sugerida uma proposição *não-r*, seguida de *mas*. Ou seja, existe uma proposição *A* que é desmentida por *B*. Entretanto, o *mas*, tendo em vista sua significação, não é suficiente para argumentar, mas sim para executar o ato de argumentar.

Pressupõe-se que, “no espírito dos interlocutores, existe ao menos uma proposição *r* (conclusão) para a qual *A* é um argumento e *B* um contra-argumento” (DUCROT, 1981, p. 179). Essa proposição *r* pode variar de locutor para locutor, segundo o contexto discursivo, mas, ainda assim, *A* e *B* são orientados para a demonstração de outra coisa: “sua utilização argumentativa faz parte do próprio valor do enunciado” (DUCROT, 1981, p. 179).

Afirma o autor que a utilização argumentativa da língua está inscrita nela, em sua organização interna. Para ratificar essa afirmação, aborda primeiramente a noção de classe argumentativa, doravante CA, em seguida, a noção de escala argumentativa. Com relação à CA, Ducrot (1981) assevera que um locutor, ou seja, um sujeito falante em determinada situação discursiva, apresenta dois enunciados *p* e *p'* na CA determinada por um enunciado *r*, caso ele considere *p* e *p'* argumentos a favor de *r*. O autor exemplifica da seguinte maneira:

Suponhamos, por exemplo, que a vinda de Pedro e a de Paulo me parecem, tanto uma quanto outra, autorizar a conclusão *A reunião foi um sucesso*. Nesse caso, dir-se-á que para mim, os enunciados *Pedro veio* e *Paulo veio* pertencem à C.A. determinada por *A reunião foi um sucesso* (DUCROT, 1981, p. 180) [grifos do autor].

A noção de CA, segundo Ducrot (1981), diz respeito a uma conclusão particular e a um locutor determinado. Para ele, esse último não se define apenas pela sua identidade pessoal, mas também pela situação tanto ideológica quanto sociológica e ainda espaço-temporal em que ele fala. Ao admitir que “a vinda de Pedro e a de Paulo favoreceu, tanto uma quanto a outra, a conclusão de que a reunião foi um sucesso, posso pensar que só a primeira marca o caráter sério dessa reunião” (DUCROT, 1981, p. 180). Mas em outras circunstâncias, envolvendo diferente situação espaço-temporal, ideológica ou sociológica, outro locutor poderia julgar de forma diferente.

Com relação à escala argumentativa, Ducrot (1981) afirma que a ordem hierárquica dos argumentos vai dos mais fortes aos mais fracos. Assim *A* e *B* são argumentos a favor de *r* ou ainda autorizam *r*. Este pode ser um argumento, sem necessariamente ser um argumento decisivo, ou seja, autoriza uma decisão, mas não a impõe.

Assim, o autor exemplifica:

Suponhamos que um locutor coloque *p* e *p'* na C.A. determinada por *r*. Diremos que ele toma *p'* como um argumento superior a *p* ou (mais forte que *p*) em relação a *r*, se, aos olhos desse locutor concluir de *p* a *r* implica que se aceite concluir *p'* a *r*, a recíproca não sendo verdadeira (DUCROT, 1981, p. 181) [grifos do autor].

Para compreender essa relação de ordem hierárquica, ele propõe uma descrição, em seu dizer, ao menos parcial, de *mesmo* e *até mesmo*. De acordo com Ducrot (1981, p. 181), “enunciar uma frase do tipo *p* ou (*e*) *mesmo p'*, significa pressupor que sempre existe um certo *r*, que determina uma escala argumentativa em que *p'* é superior a *p*”. Considerando essa perspectiva, dizer que alguém *tem o doutorado de 3º ciclo, e mesmo o doutorado de Estado*, pressupõe certa conclusão autorizada simultaneamente pelos dois títulos (DUCROT, 1981). Nessa direção, a conclusão autorizada diz respeito ao doutorado de 3º ciclo, título pressuposto pelo doutorado de estado.

Ducrot (1981) ainda ressalta a diferença entre ordem argumentativa revelada por *mesmo, até mesmo*, e a ordem lógica dada, por exemplo, por *a fortiori*. Para tanto, utiliza o “enunciado *p'* e *a fortiori p*: *Ele tem o doutorado de Estado, a fortiori o 3º ciclo*” (DUCROT, 1981, p. 181). Segundo o autor, no enunciado não há a suposição de que os dois enunciados tenham a mesma orientação argumentativa. Talvez o locutor tenha interesse em que a pessoa de que se fala tenha apenas a titulação de 3º ciclo. Nesse caso, tudo indica que o primeiro título implique o segundo. Assim, *a fortiori* é empregado em termos de condição de verdade: “é necessário que *p* não possa ser verdadeiro sem *p'*” (DUCROT, 1981, p. 181).

Assim sendo, para dizer  $p$  e mesmo  $p'$ , é necessário que  $p$  e  $p'$  sejam orientados para a mesma conclusão, “conclusão idêntica, e que  $p'$  para ela conduza melhor que  $p$ ” (DUCROT, 1981, p. 181). É possível afirmar ainda que as duas ordens têm relação. A primeira, apresentada como puramente factual, pode passar necessariamente pela segunda, marcada pelas intenções argumentativas de quem fala.

Nesse sentido, Ducrot (1981) afirma que os argumentos orientados para uma mesma conclusão compõem uma classe argumentativa, ao passo que a relação de força existente entre os enunciados diz respeito à escala argumentativa.

Baseados nas contribuições de Ducrot (1988), Charaudeau e Maingueneau (2008) afirmam que a definição de orientação argumentativa (o valor argumentativo de um enunciado) que pode ser definida como E1 é

a seleção operada sobre esse enunciado sobre os enunciados[sic] E2 suscetíveis de sucedê-lo em um discurso gramaticalmente bem formado, seja 'o conjunto das possibilidades ou das impossibilidades de continuação discursiva determinadas pelo seu emprego' (DUCROT, 1988, p. 51 *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 355).

Charaudeau e Maingueneau (2008) observam que da orientação argumentativa deriva o significado do discurso subsequente, aspecto esse que configura na própria ordem do discurso a relação ocorrência-significação na perspectiva da equivalência (ou não) entre os enunciados. Desse modo, a orientação linguística da palavra, ou seja, seu sentido, prevalece sobre seu valor descritivo e corrobora o valor argumentativo de um enunciado.

Postulam os autores que a teoria da argumentação na língua, doravante AnL, proposta por Ducrot (1988) é uma teoria da significação. Afirmam que essa teoria

rejeita as concepções de significação como adequação ao real, sejam essas teorias de inspiração lógica (condições de verdade) ou analógica (protótipos), em benefício de uma concepção quase espacial do sentido como direção: aquilo que o enunciado S1 (do mesmo modo que o locutor como tal) quer dizer, é a conclusão S2 para qual este enunciado está orientado (DUCROT, 1998 *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 355).

Assim, aquilo que um enunciado quer dizer é a conclusão para a qual está orientado. Dessa forma, “o valor argumentativo de uma palavra é por definição a orientação que essa palavra dá ao discurso” (DUCROT, 1988, p. 51 *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 355). Isso significa assumir que a orientação argumentativa de um termo corresponde a seu sentido.

Nessa direção, a significação linguística da palavra *inteligente* não corresponde a uma capacidade mensurável pelo QI, mas relaciona-se com a orientação que essa palavra traz ao discurso subsequente. Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 355) exemplificam: “Pedro é inteligente, ele pode resolver este problema”. Essa afirmação opõe-se a: “Pedro é inteligente, ele não resolverá esse problema”. Para os autores, “se o mesmo segmento

S é seguido, em primeira ocorrência, pelo segmento *Sa* e, em uma segunda ocorrência, pelo segmento *Sb*, diferente de *Sa*, então *S* não tem a mesma significação nessas duas ocorrências” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 355).

Ressaltam Charaudeau e Maingueneau (2008) que o uso de *inteligente* no segmento “Pedro é *inteligente*” não tem o mesmo sentido nas duas ocorrências. Não se trata do mesmo sentido de inteligência mensurável pelo QI. Do mesmo modo, o uso de *calor* no segmento “Faz *calor*, fiquemos em casa” é diferente de dizer “Faz calor, vamos passear”. Não se refere ao mesmo calor nas duas ocorrências. São os mesmos enunciados orientados para conclusões diferentes.

Guimarães (2007), também ancorado nos pressupostos de Ducrot, postula que orientar argumentativamente com base em um enunciado *X* significa apresentar seu conteúdo *A* para conduzir o interlocutor a concluir o conteúdo *C*. Segundo ele, descartam-se as possibilidades de que orientar argumentativamente significa dizer *A* para levar o interlocutor a pensar *C*; ou dizer *A* para que o interlocutor conclua *C*.

O autor retoma os conceitos de classe argumentativa e escala argumentativa propostos por Ducrot (1981), dos quais derivam os estudos sobre orientação argumentativa, e propõe os seguintes exemplos (GUIMARÃES, 2007, p. 26): “O Zico errou um pênalti no jogo de hoje”; “Até o Zico errou um pênalti no jogo de hoje”. Esses enunciados teriam sido ditos por alguém no contexto em que se falava do jogo entre Brasil e França em 1986 e em que o Brasil foi desclassificado.

O primeiro enunciado diz respeito a uma informação sobre um episódio do jogo, mas o segundo diz respeito a uma razão apresentada em favor de determinada conclusão, ou seja, todos jogaram mal, inclusive Zico. Na concepção de Ducrot (1981), o primeiro enunciado constitui apenas uma informação sobre um episódio do jogo; o segundo não, ele diz respeito a uma situação particular e também a um determinado locutor, conforme vimos anteriormente.

Guimarães (2007) reformula o conceito de classe argumentativa proposto por Ducrot (1981) e postula que ambos os enunciados fazem parte de uma determinada classe argumentativa, definida por enunciados cujos conteúdos podem ser argumentos para determinada conclusão. Assim a classe argumentativa: todo o time do Brasil jogou mal define os argumentos *Zico errou um pênalti no jogo de hoje* e *Até Zico errou um pênalti no jogo de hoje*.

De acordo com Guimarães (2007, p. 27), uma classe argumentativa

é constituída pelos enunciados cujos conteúdos, regularmente, se apresentam como argumentando para uma conclusão que define a classe argumentativa. E não só em uma situação particular específica, mas como uma regularidade que se apresenta como se desse em todas as situações de enunciação possíveis. Isso ocorre com regularidade, em todas as situações de enunciação possíveis, e não apenas em uma única situação.

Nesse sentido, o conceito de orientação argumentativa é parte das regularidades semânticas de um enunciado, sendo, portanto, marcada como uma regularidade enunciativa. Essas regularidades são a significação de um enunciado, e a orientação argumentativa deve explicar o sentido dos recortes enunciativos. As hipóteses sobre essas regularidades “são hipóteses sobre o caráter histórico dos sentidos das enunciações” (GUIMARÃES, 2007, p. 29) e não são regras. Por esse motivo, a significação não tem caráter imperativo e afasta-se, portanto, das formulações propostas por Ducrot (1981).

Fundamental nessa concepção de orientação argumentativa proposta por Guimarães (2007) é o conceito de escala argumentativa. Para o autor, esta é uma classe argumentativa em que ocorre uma relação de força maior ou menor dos conteúdos dos enunciados. Assim, os exemplos apresentados anteriormente, “O Zico errou um pênalti no jogo de hoje” e “Até o Zico errou um pênalti no jogo de hoje”, podem servir de argumento para a conclusão “O Brasil não teve sorte no jogo” (GUIMARÃES, 2007, p. 26-27).

Entretanto, o segundo apresenta-se como mais forte que o primeiro por constituir-se pelo *até*, supondo que Zico fosse o melhor bater de pênaltis do Brasil. Nesse segundo caso, o que indica a orientação argumentativa é a presença da partícula *até*.

Assim, a orientação argumentativa indica a maneira pela qual é possível interpretar um enunciado. Indica o que deve ser interpretado como argumento para a conclusão e o que deve ser interpretado como conclusão de tal argumento. É isso que estabelece o futuro do texto relacionado à conclusão. Para o autor, “a orientação argumentativa não impede esta ou aquela progressão textual” (GUIMARÃES, 2007, p. 210). Ela não tem caráter impositivo e permite relacionar aquilo que vem depois como relacionado, ou seja, como compatível com a conclusão que foi estabelecida pela orientação argumentativa (GUIMARÃES, 2007).

Charaudeau e Maingueneau (2008), ao tratarem de orientação argumentativa, apresentam as contraposições existentes entre as teorias antigas e clássicas de argumentação e a Argumentação na Língua. No primeiro caso, o discurso é suscetível de ser avaliado e declarado como válido ou falacioso; no segundo caso, “a ideia de uma avaliação crítica das argumentações apenas tem sentido sobre o plano gramatical (tal sequência é ou não gramaticalmente correta); nessa teoria, a força da coerção argumentativa é inteiramente uma questão de linguagem” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 356).

Por essa razão os autores propõem uma articulação entre estas duas concepções de argumentação: argumentação clássica e argumentação na língua. Esta estabelece a relação  $E_1$  – conclusão  $E_2$  no interior de uma perspectiva enunciativa por meio da qual o que dá sentido ao argumento é a conclusão. Segundo os autores, compreender o que significa o enunciado ( $E_1$ ) “o tempo está bom” não é referi-lo a um estado do mundo, mas às intenções comunicativas do locutor, ou seja, à sua conclusão, o enunciado ( $E_2$ ) “Vamos à praia”. Afirmando Charaudeau e Maingueneau (2008) que o sentido de  $E_1$  é  $E_2$ , isto é, o sentido de  $E_1$  é a sua conclusão  $E_2$ . Para eles, a teoria da argumentação na língua reatualiza uma terminologia antiga de argumentação em que se designava a conclusão de um silogismo aristotélico como sendo a intenção pretendida pelo locutor.

Nessa direção, Koch (2005), ao tratar de orientação argumentativa, evidencia em seu trabalho intitulado *Referenciação e orientação argumentativa* que uma das funções textuais interativas das operações efetuadas por meio de descrições ou formas nominais é imprimir aos enunciados em que se inserem, bem como ao texto, orientações argumentativas. Isso porque, ao categorizar ou recategorizar referentes, o produtor faz escolhas, em cada contexto, entre uma multiplicidade de formas, de acordo com sua proposta de produção de sentido, isto é, de acordo com suas intenções.

Trata-se, entre os conhecimentos culturalmente pressupostos como compartilhados, de uma operação em que se ativam traços do referente de modo a levar o interlocutor a construir determinada imagem do produtor do texto. Essa operação permite extrair informações sobre as crenças, as opiniões e as atitudes do produtor, de modo a auxiliá-lo na construção do sentido do texto. Além disso, permite ao interlocutor conhecer o referente em relação aos mais variados aspectos.

A autora compreende que os processos referenciais que levam em conta a orientação argumentativa acontecem de forma negociada entre sujeito e realidade e são capazes de estabelecer não apenas a localização de um segmento textual, mas, acima de tudo, a continuidade discursiva.

Assim, compreendemos que a orientação argumentativa, como regularidade, pode manifestar-se em qualquer texto, seja ele predominantemente argumentativo, descritivo, narrativo, explicativo ou dialogal. Entretanto, cabe destacar que ela tem caráter injuntivo, estabelece como interpretar o futuro do texto, está marcada como uma regularidade enunciativa em um enunciado (GUIMARÃES, 2007), mas também se relaciona às intenções comunicativas do locutor (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008; KOCH, 2005).

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o percurso da orientação argumentativa requer que consideremos, antes de tudo, os estudos da retórica e da argumentação. Este texto discutiu a teoria da argumentação em um movimento histórico que se iniciou, na Antiguidade, com a retórica cujo foco era a persuasão e o exercício público da fala diante de um auditório. Em um primeiro momento, esse processo tinha como finalidade a adulteração do verdadeiro, buscando convencer e persuadir a todos sem dispor de absolutamente nenhum conhecimento. Posteriormente, sofreu modificações e passou ser reconhecido como uma retórica digna dos deuses, tendo sempre a finalidade de buscar a verdade.

Entretanto, por volta dos anos de 1950, a teoria da argumentação, ou nova retórica, veio reabilitar a retórica, baseando-se na argumentação dialética, ou seja, um tipo de argumentação que constitui um saber necessário, controlável e composto por regras próprias, encontrando morada no campo do plausível, do verossímil, do provável.

Os estudos da argumentação estão pressupostos na teoria da orientação argumentativa investigada por Ducrot (1981), para quem os atos de enunciação possuem um valor argumentativo, sendo por meio dele que o locutor conduz o destinatário a determinada conclusão. Os estudos da orientação argumentativa contribuem para entender o modo pelo qual é possível compreender um enunciado, indicando aquilo que deve ser interpretado como argumento e o que deve ser interpretado como conclusão. Nesse movimento, os processos referenciais são fundamentais, pois levam em conta a orientação argumentativa, esta que acontece de forma negociada entre os sujeito e realidade, estabelecendo não apenas um segmento textual, mas a continuidade da atividade discursiva.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Introdução. In: ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005, p. 15-67.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Pontes: Campinas, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas**. São Paulo: Global, 1981.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**. São Paulo: Pontes, 2007.

KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas, 2004.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: Antiguidade e Idade Média**. São Paulo: Paulus, 1990.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Análise Literária 63

Argumentação 2, 31, 37, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 102, 104, 105, 106, 107

Atividade Investigativa 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46

Autocomunicação 148, 149

Autoria 55, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 92, 93, 107, 112, 115, 129, 132, 135

### C

Causas Externas 68, 81

Conhecimentos Linguísticos 56, 60

Cultura 31, 38, 49, 59, 122, 123, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 149, 152, 164, 182, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 209, 210

### D

Despersonalização 63, 64, 67

Discurso 24, 25, 27, 30, 31, 33, 39, 40, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 104, 106, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 146, 160, 161, 165, 168, 169, 170, 174, 201, 206

### E

Ensino 5, 6, 13, 15, 17, 19, 20, 21, 37, 38, 39, 40, 42, 46, 47, 48, 50, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 84, 86, 95, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 120, 129, 130, 131, 134, 135, 145, 146, 147, 157, 162, 163, 164, 167, 168, 170, 171, 173, 174, 175, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 209, 210

Escrita Proficiente 167, 171

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 33, 34, 48, 52, 53, 56, 57, 66, 72, 73, 75, 76, 101, 104, 110, 139, 144, 145, 155, 156, 157, 165, 192, 193, 195, 205, 207, 209

### F

Formação de Leitores 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19

### G

Gramática 59, 151, 170, 176

### L

Leitura 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 27, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 71, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 91, 92, 93, 106, 110, 119, 129, 131, 132, 134, 138, 146, 147, 163, 164, 167, 168, 171, 173, 203

Letramento 13, 61, 82, 83, 129, 136, 146, 159

Léxico 180, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208

## **M**

Metáfora 50, 136, 137, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 188

Mídia 74, 184, 185, 186, 188, 190

## **N**

Narrador 22, 23, 24, 25, 26, 27, 143, 144

## **P**

Persuasão 22, 23, 24, 26, 27, 31, 95, 96, 97, 98, 99, 105, 106

Produção Textual 130, 131, 134, 135, 167, 168, 170, 171, 174, 175

## **R**

Relatos de Vida 155, 160

Religião 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 122, 149, 209

Retórica 27, 35, 40, 94, 95, 96, 97, 105, 106

## **S**

Semiologia 28, 30, 32, 34

Semiótica 28, 30, 31, 36, 184, 187, 190

Sociedade Brasileira 119, 121, 172, 184

Sujeito 16, 19, 40, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 67, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 98, 99, 100, 105, 106, 123, 133, 138, 141, 142, 143, 158, 161, 178, 182, 193, 195

## **V**

Voyeurismo 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128

# Argumentação e Linguagem 3

---

---

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# Argumentação e Linguagem 3

---

---

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 